

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – CONPLAN, REALIZADA NO DIA 29 DE MARÇO DE 2006.

Às dez horas e quinze minutos do vigésimo nono dia do mês de março do ano de dois mil e seis, no Plenário do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Distrito Federal – CREA/DF, foi aberta pela Secretária Adjunta de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Maria da Glória Rincon Ferreira, substituindo neste ato o Presidente do Conselho, o Excelentíssimo Senhor Joaquim Domingos Roriz, Governador do Distrito Federal, a 47ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da Pauta a seguir transcrita: 1) Ordem do Dia: 1.1) Abertura dos trabalhos e verificação do quorum; 1.2) Apreciação e Assinatura da Ata da 46ª Reunião Ordinária. 2) Abertura dos Trabalhos: 2.1) Apresentação da Revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT; Apresentador: Danilo Aucélio - Subsecretário de Política Urbana e Informações / SUPIN; 2.2) Processo 141.003.002/1997, Assunto: Reformulação de Sistema Viário e remanejamento de lote no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 05, Interessado: Administração de Brasília, Relator: Conselheiro Luís Antônio Reis. 3) Assuntos Gerais. 4) Encerramento. Após a verificação do quorum a Presidente Substituta Maria da Glória, justificou a ausência da Secretária Diana em virtude de compromissos com o Senhor Governador mas, assim tão logo fosse possível, viria para reunião. Ressaltou que se tratava da 1ª reunião do ano e desejou um ano muito promissor para todos. Informou não ter decisão da reunião passada, apenas a Ata da 46ª Reunião, a qual submeteu à apreciação dos Conselheiros. Não havendo nenhuma manifestação considerou a Ata aprovada e passada para assinatura dos Conselheiros presentes. A seguir, a Presidente substituta leu a justificativa de ausência do Conselheiro Pedro Maurício, representante da Secretaria de Transportes. Abrindo os trabalhos, consultou os membros do Conselho sobre uma possível inversão da Pauta com a apreciação do Processo 141.003.002/1997 antes da apresentação do PDOT, e todos concordaram. A Equipe Técnica da SEDUH apresentou alguns croquis para ilustrar a matéria que seria apreciada e que implicações haveriam com a alteração proposta. A Presidente fez um breve histórico do assunto, destacando que o proprietário aguarda alguns anos por essa alteração para cumprir exigências junto à Petrobrás, e que isso tem lhe custado o pagamento de muitas multas. A seguir, passou a palavra à Dra. Lídia Botelho que fez a explanação do assunto. A Dra. Lídia explicou que esse trabalho se iniciou ainda no Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF – IPDF e se tratava de um restudo do Setor Hoteleiro, em função de uma necessidade de fazer uma adequação na Via. Disse que, a partir de uma solicitação da Administração de Brasília, foi feito um estudo daquele Sistema Viário, da Via HN-12. Ela distribuiu um croqui para os Conselheiros contendo a proposta final, ao mesmo tempo em que esse desenho era projetado. Disse que o ajuste entre as quadras foi proposto para readequar as Vias. A Presidente Substituta passou a palavra ao Conselheiro Luís Antônio Reis, relator do processo. O Conselheiro leu seu relato e voto, sendo este último transcrito a seguir na íntegra: “Voto do Relator: O Projeto URB/MDE 69/01 deve ser aprovado e liberado para implantação por este Conselho, com a recomendação de que o mesmo seja submetido à apreciação do CONPRESB por estar localizado na Zona Cívico – Administrativa de Brasília. Arq. Luís Antônio Almeida Reis – Relator” A Presidente Substituta colocou em apreciação e votação. Não havendo nenhuma manifestação a matéria foi considerada aprovada. Prosseguindo, a Presidente Substituta explicou que essa era a terceira atualização dos estudos do PDOT, que a primeira ocorrera em 1992, depois em 1997 e agora essa revisão onde já fora trabalhado com todos os setores, desde as áreas institucionais, com a população, com reuniões realizadas em Administrações Locais, reuniões regionais e até uma grande audiência que aconteceu no dia 17 de dezembro de 2005, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Informou que ao todo já foram 180 reuniões para a realização dessa revisão. Destacou que o projeto estava disponibilizado na Internet. Em seguida passou a palavra ao Subsecretário da SUPIN, Danilo Aucélio para fazer a apresentação do trabalho. O Subsecretário, cumprimentando a todos, comentou que a Secretária Diana havia pedido para a Equipe da SUPIN preparar uma apresentação mostrando como estava sendo desenvolvida a revisão do Plano Diretor. Disse que decidiram concentrar a apresentação em temas que despertam mais polêmica e para os quais esperavam contar com o conhecimento dos Conselheiros para colher sugestões e por isso, passaria rapidamente o início do trabalho para chegar nesses temas. Fez uma breve explanação sobre o histórico do trabalho, mostrando alguns mapas e passou a palavra à sua equipe. As Arquitetas Ana Maria de Aragão Costa Martins e Gisele Arroba Mancini bem como o Arquiteto Vicente Correia Lima Neto foram responsáveis pela apresentação do trabalho. A Arquiteta Ana Maria foi responsável pela parte intitulada “Modelo Territorial e Outorga

Onerosa do Direito de Construir”, A Arquiteta Gisele pelo “Sistema de Planejamento” e o Arquiteto Vicente pelas “Diretrizes sobre Áreas Econômicas e Áreas Especiais de Interesse Urbanístico”. Com a chegada da Secretária Diana a apresentação foi interrompida e ela, pedindo desculpas aos presentes, disse que lamentava não poder permanecer na reunião, mas que tinha importantes informes a prestar e em seguida teria que se retirar. A Secretária agradeceu a todos os Conselheiros a grande oportunidade de poder compartilhar com eles esse trabalho. Disse que a Secretaria empenhava-se em aproveitar essas ocasiões para dar um passo adiante no aperfeiçoamento na Política Urbana do DF, especialmente no que se referia aos instrumentos de política urbana. Disse que a SEDUH vem trabalhando muito além da sua capacidade operacional e técnica, mas que a Equipe está dando tudo o que pode para que se consiga aproveitar essa excelente oportunidade. Agradeceu a Equipe da SEDUH, aos colegas que estavam fazendo a apresentação do trabalho, aos consultores, salientando a participação dos profissionais Jorge Francisconi, Geraldo Batista, Luís Antônio Reis, Vera Amorelli, Ana Maria Nogales. Comentou que a SEDUH está propondo um Plano Diretor único para o Setor Distrito Federal, o que considera um avanço muito grande. Informou ainda que a SEDUH está empenhada na elaboração de uma nova Lei de Parcelamento do Solo Urbano, cujos estudos estão bem adiantados, e que tem intenção de encaminhá-lo ainda esse semestre à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Pediu a colaboração dos Conselheiros para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei do PDOT e comunicou sobre a realização de uma Audiência Pública em abril. Agradeceu a atenção de todos e pediu desculpas porque teria que se ausentar. Retomando a apresentação o engenheiro Danilo observou que esses eram alguns temas para que os Conselheiros tivessem conhecimento de como estava sendo desenvolvido o Plano. Falou que existem ainda outros temas relevantes, mas seria necessário uma apresentação bem mais extensa, e no momento a ideia seria refletir sobre os que foram apresentados. Disse que estavam abertos a sugestões, propostas e críticas. A Presidente Substituta agradeceu e parabenizou o Subsecretário Danilo e sua Equipe Técnica pelo brilhante trabalho. Em seguida abriu a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Jarbas disse participar do grupo que discute o Patrimônio Cultural e que embora a responsabilidade de levantar os sítios arqueológicos seja da Secretaria de Cultura, reconhece que o Governo do DF não tem estrutura para tal e nem o IPHAN. Disse ter demorado quatro meses para conseguir falar com o responsável pelo Patrimônio Arqueológico do País e que eles tem apenas cinco arqueólogos para fazer isso. Comentou que a CAESB necessitou localizar um sítio arqueológico e procurou a Fundação Aroeira de Trabalho, para obter um mapeamento a fim de desviar sua rede desse sítio. Eles foram à Goiânia e foram informados que o Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal – DER haviam contratado os serviços da Fundação Aroeira com vistas ao Anel Rodoviário. Perguntou à Dra. Glória se todo esse trabalho de elaboração do PDOT e PDL’s poderia se chocar com o planejamento do DER que não leva em conta esses trabalhos. Referiu-se ao absurdo que seria se houvesse um planejamento de um anel rodoviário no DF desconhecendo o trabalho de toda essa equipe. A Presidente Substituta esclareceu que quando se iniciou o trabalho do PDOT, uma das preocupações era a elaboração do Anel Rodoviário e que a parte ora apresentada pela Arq. Ana Maria já contemplava esse Anel. Disse desconhecer maiores detalhes e indagou a Equipe Técnica se poderia fazer algum esclarecimento. A Arq. Ana Maria esclareceu que estavam estudando uma alternativa de fortalecer a Via ÉPIA pois acha que a dificuldade do Anel Rodoviário é que ele aumenta muitíssimo o caminho de quem faz o fluxo de passagem pelo DF. Por isso as diretrizes do trabalho estão voltadas para o reforço da Via ÉPIA. Disse que a Equipe entendia que esse eixo, mediante melhora no Sistema Viário, poderia cumprir essa função e que o Anel Rodoviário foi considerado no início das discussões, mas como até o momento não se tem nenhuma definição muito concreta do órgão setorial, optou-se por reforçar o valor da EPIA, enquanto se aguarda essa definição. A Presidente Substituta disse que, quanto a Via EPIA, já existe um trabalho em desenvolvimento. Explicou que se trata de uma Via de tráfego pesado com vias marginais para onde o tráfego urbano tenderia a se deslocar e a Via EPIA ficaria com o tráfego rodoviário. Informou que essa seria a intenção do DER, desviando a ligação norte sul do país, que hoje é feita pela EPIA, para esse Anel Viário. O Conselheiro Tony sugeriu que fosse acrescentado no texto, no item de expansão, que ficasse mais explícita a questão do respeito às áreas de preservação ambiental. Disse que existem cidades satélites que estão no limite de área de preservação. A Presidente Substituta disse que a área de proteção ambiental no DF é muito forte, pelas condições do território, e que ela tem uma cobertura de 93% de sua área. O Subsecretário Danilo acatou a sugestão e acrescentou que o trabalho contempla essa preocupação e que Plano Diretor prevê algumas diretrizes setoriais onde esse aspecto poderá ser inserido. Disse também que essas questões estão refletidas em alguns mapas, citando como exemplo os mapas de estratégias onde se tenta resgatar um pouco esses conceitos. O Conselheiro Tony indagou se haviam algum item que contemplasse a preocupação com a defesa do patrimônio arquitetônico. A Presidente Substituta destacou que essa é uma das preocupações da SEDUH, considerando que muitas construções na área tombada fogem ao princípio da arquitetura, já que o tombamento considerou não só os méritos do urbanismo mas da arquitetura moderna. Citou o desvirtuamento que vem acontecendo nas 700, Disse que o que o Conselheiro sugeriu é de fundamental importância. A Dra. Lídia fez alguns esclarecimentos, quanto aos questionamentos do Conselheiro Tony. Disse fazer parte do Grupo dentro do PDOT que trata toda a questão do patrimônio cultural e que a sugestão do Conselheiro está contemplada, porque dentro das diretrizes que estão sendo levadas para

dentro do PDOT com relação ao patrimônio cultural, tem a questão do patrimônio tombado, não só a questão dos monumentos inscritos no livro do tomo, mas a o patrimônio arquitetônico de grande valor cultural. Embora não tenha sido mostrado na apresentação, existe item específico dentro do PDOT sobre o tema. É um trabalho em conjunto com DePHA e com o IPHAN. O Conselheiro Luis Antônio Reis disse que o trabalho está sendo muito bem conduzido, e manifestou sua preocupação no sentido de externalizar de uma forma mais clara essa questão do crescimento e da antecipação do planejamento. A Conselheira Suplente Elza Kunze, apesar de seu Titular, Conselheiro Tony, estar presente, pediu a palavra e parabenizou a equipe da SEDUH pela qualidade do trabalho apresentado, e solicitou a possibilidade de manter a participação dos representantes dos Conselhos Locais e não ter alguém de intermediação que fale em seu nome, disse que se sente qualificada para representar o seu Conselho. Perguntou porque não mudar o nome do CONPLAN para Conselho das Cidades, porque é esse o nome que está definido no Estatuto da Cidade para o Conselho que planeja e discute a cidade. A Presidente Substituta respondendo à Conselheira Elza, disse que o próprio Conselho definirá as representações, mas que independente disso todas as suas contribuições serão muito bem-vindas. Explicou que quando começou a participar das reuniões do Conselho das Cidades, o Conselho da Cidade queria uma reunião com todos os Conselhos existentes: Conselho de Transporte, Conselho do Meio Ambiente, Conselho de Habitação, Conselho de Planejamento, etc. Disse que foi feita uma pesquisa e constatou-se que no DF houve um crescimento atípico de Conselhos, diferentemente de outras cidades no país e que esses Conselhos foram se especializando. Observou também que todos são de 1ª Instância. De posse do resultado dessa pesquisa a SEDUH fez uma consulta à Procuradoria sobre o procedimento a ser adotado, frente a complexidade da matéria e como transformar todos esses conselhos em um único, envolvendo tantos segmentos. Informou que o trabalho está em andamento. O Conselheiro Francisconi, parabenizou o trabalho da Equipe e disse achar ser muito perigosa a isonomia radical. Na opinião do Conselheiro o grande mérito do CONPLAN é que ele cobre de uma maneira adequada aspectos rurais, aspectos urbanos e ambientais, o que, obviamente, o Conselho das Cidades não poderá fazer com a mesma característica. Disse que o CONPLAN como está, acha que está correto e que não estava falando de representatividade. Falou também sobre a questão do Plano Diretor dentro dessa visão que foi feita, a sua inserção dentro do quadro estratégico maior, e que seria importante colocar referências à questão metropolitana e às funções metropolitanas. E quanto a questão do patrimônio histórico, acha que a sua é uma coisa e preservação de autor é outra coisa. Segundo ele, Brasília hoje não vive mais preservação de patrimônio como devia, mas vive preservação dos arquitetos criativos, e ele respeitosamente considera o Centro Cultural rigorosamente interioriano e conflitante com o que deveria ser um espírito muito mais criativo e avançado da arquitetura da capital Brasileira. A Presidente Substituta disse que realmente são questões que geram polêmica, ressaltou a garantia que Brasília tem em ter um arquiteto oficial, e esse arquiteto oficial, vem complementar a área que foi destinada a ele, quando da construção da cidade, que seriam os prédios oficiais, principalmente do Eixo Monumental, e que ele está honrando seu compromisso a despeito de seus 97 anos de idade. Agradeceu a presença de todos. Não havendo mais informes a reunião foi encerrada, da qual, cu, Bárbara Cristina Monteiro Castro, Secretária ad hoc, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por todos os Conselheiros presentes. Brasília, 29 de março de 2006. Presidente Substituta: Maria da Glória Rincon Ferreira; Conselheiros Presentes: Jarbas Silva Marques, Edmar Gontijo de Lima, Etelvino Veríssimo da Silva, Caio Abbott, Ana Maria Nogueles, Tony Marcos Malheiros, Luis Antônio Almeida Reis, Narinalva Alves de Mendonça, Jurandi Pereira Marinho, Guaraci de Araújo Melo, Gil Claudio Roriz Gonçalves, Concita A. Cernicchiaro, Jorge Guilherme Francisconi, Geraldo Nogueira Batista, Newton de Castro, Vera Mussi Amorelli, Juvenal Batista Amaral.

**DECISÃO Nº 01/2006 – CONPLAN
47ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Processo: 141.003.002/97, Interessado: Administração de Brasília, Assunto: Reformulação de Sistema Viário (Via HN-12) e remanejamento do Lote "M" da Quadra 05, no Setor Hoteleiro Norte, RA I; Relator: Conselheiro Luis Antônio Reis
O CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – CONPLAN, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 22.767 de 04 de março de 2002, em sua 47ª Reunião Ordinária, realizada no dia 29 de março de 2006, acolhendo o voto do Relator, decidiu por unanimidade, aprovar a reformulação da Via HN-12 e remanejamento do Lote M da Quadra 05 do Setor Hoteleiro Norte, Região Administrativa I – Brasília/DF, com a recomendação que a matéria seja apreciada pelo Conselho de Gestão da Área de Preservação de Brasília – CONPRESB.

Brasília, 29 de março de 2006.

Presidente Substituta: Maria da Glória Rincon Ferreira; Conselheiros Presentes: Jarbas Silva Marques, Edmar Gontijo de Lima, Etelvino Veríssimo da Silva, Caio Abbott, Ana Maria Nogueles, Tony Marcos Malheiros, Luis Antônio Almeida Reis, Narinalva Alves de Mendonça, Jurandi Pereira Marinho, Guaraci de Araújo Melo, Gil Claudio Roriz Gonçalves, Concita A. Cernicchiaro, Jorge Guilherme Francisconi, Geraldo Nogueira Batista, Newton de Castro, Vera Mussi Amorelli, Juvenal Batista Amaral.

**COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
DIRETORIA COLEGIADA**

Sessão Nº: 2392ª - Realizada em: 20 de abril de 2006 Relator – Diretor: ANTÔNIO CARLOS BRASIL TEIXEIRA DE CARVALHO. Processo: 160.001.627/2002 - Interessado: RANJEL ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - Decisão Nº: 306. A Diretoria, acolhendo o voto do relator, Decide: DECLARAR rescindido o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso com Opção de Compra nº 76/2005, tendo por objeto os imóveis denominados Lotes 64 e 66, Quadra 01, Setor de Material de Construção - Ceilândia/DF, em face do descumprimento de Cláusulas Contratuais pactuadas, bem como da Legislação que rege o PRÓ-DF; Estabelecer o prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados da publicação da presente Decisão no DODF para interposição de recurso; Encaminhar os autos à GEDES/DICOM para certificar sobre a eventual interposição de recurso, bem como quanto à tempestividade do mesmo; Em caso de interposição de recurso pela Cessionária, a DICOM deverá adotar as providências constantes do artigo 25 do Estatuto Social, encaminhando os autos à DIRET, com vistas ao Conselho de Administração; Em caso da não interposição de recurso pela Cessionária, a GEDES/DICOM deverá remeter os autos ao NUCOT/GEFIN/DIRAF para proceder o encerramento da alienação, contados vinte dias da publicação desta Decisão no DODF; Fazer remessa do presente processo ao NUTRA/PROJU/PRESI para conhecimento e adoção das providências de sua alçada; Remeter os autos ao NUCAD/GECOM/DICOM, visando retornar o imóvel ao estoque do PRÓ-DF; Os débitos em atraso, porventura existentes, relativos a IPTU/TLF, serão de responsabilidade da Cessionária, cabendo ao NUPRO/GETRI/DIRAF comunicar à Secretaria da Fazenda o encerramento da alienação; Encaminhar o processo à GECOB/DIRAF, com vistas à cobrança de débitos em atraso, referente ao contrato citado na alínea "a"; Na hipótese de não quitação dos débitos pela Cessionária, encaminhar o presente processo à PROJU/PRESI, com vistas à cobrança judicial.

MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da TERRACAP

**SECRETARIA DE ESTADO DE ARTICULAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO**

SUBSECRETARIA DE APOIO OPERACIONAL

DESPACHO DO SUBSECRETÁRIO
Em 27 de abril de 2006

Processo: 230.000.002/2006. Interessado: SEADE. Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA. A vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098/94, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do artigo 39, do citado diploma legal, combinado com o artigo 7º, da Lei nº 3.163, de 03 de julho de 2003, reconhecido a dívida, autorizo a realização da despesa, bem como a emissão da Nota de Empenho, liquidação e pagamento da folha suplementar-versão 08, do mês de abril de 2006, to de R\$ 15.449,11 (Quinze Mil Quatrocentos e Quarenta e Nove Reais e Onze Centavos), a favor dos servidores constantes no presente processo. A presente despesa correrá a conta das Dotações Orçamentárias: Programa de Trabalho - 04.122.3700.8502-0027 – Administração de Pessoal; Elemento da Despesa: 3190-92 - Despesa de Exercícios anteriores; fonte 100 e Programa de Trabalho - 04.122.3700.8504-0070 – Concessão de Benefícios; Elemento da Despesa: 3390-92 - Despesa de Exercícios anteriores; fonte 100. Publique-se e encaminhe-se a GEAF/SÃO, para as providências complementares.

ASTRONOEL COSTA RIBEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE

PORTARIA Nº 27, DE 28 DE ABRIL DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 33 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 26.393, de 24 de novembro de 2005, considerando que a empresa contratada descumpriu cláusula contratual pactuada com o Distrito Federal, representado por esta Secretaria de Estado, e tendo em vista as informações prestadas às fls. 60/62 do Processo 240.000.482/2005, resolve: APLICAR à empresa MILENA FREITAS SOARES - ME, CGC/CNPJ Nº 05.613.446/0001-05, com sede na CNG 08, Lote 07, Subsolo, Taguatinga - DF, (Contrato para Aquisição de Bens nº 038/2005), a penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento na cláusula 8, subitem 8.1.3, alínea I, do Edital de Pregão nº 408/2005–SUCOM/SEF e no Artigo 87, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

ULISCES DE SOUZA MORENO

PORTARIA Nº 28, DE 28 DE ABRIL DE 2006.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SOLIDARIEDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 33 do Regimento Interno aprovado